

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 110.333 - MG (2019/0086295-6)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : RUBERSON IGOR EVARISTO COSTA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por RUBERSON IGOR EVARISTO COSTA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que, nos autos da impetração originária (HC n.º 1.0000.19.010615-3/000), denegou a ordem.

Consta nos autos que o Recorrente foi preso em flagrante, em 15/01/2019, pela suposta prática do crime previsto no art. 157, *caput*, c.c. o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal, pois "*tentou subtrair a bolsa de Rafaela, sendo certo que nesse momento o autor entrou em luta corporal com Eulando, restando uma escoriação na perna da vítima*" (fl. 31). Em audiência de custódia, realizada no dia 16/01/2019, a prisão em flagrante foi convertida em preventiva.

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem (fls. 78-91).

Neste recurso, a Defesa sustenta, em suma, que não estão presentes os requisitos autorizadores da prisão cautelar.

Alega que o Recorrente possui condições pessoais favoráveis.

Aduz que a prisão se mostra desproporcional, pois há possibilidade de fixação de regime prisional diverso do fechado.

Requer, inclusive liminarmente, a revogação da prisão preventiva.

É o relatório inicial.

Passo a apreciar o pedido de provimento urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Todavia, ao menos por ora, não se mostram presentes os pressupostos autorizadores da medida urgente requerida no caso em apreço.

O acórdão atacado está assim fundamentado (fl. 82; sem grifos no original):

"[...]

A prisão preventiva se encontra fundamentada em dados concretos do processo, constando que no dia 15 de Janeiro de 2019, o paciente tentou subtrair as vítimas R.C.L.S. e E.V.S.

Consta dos autos que, na data dos fatos, as vítimas estavam abrindo um estabelecimento comercial quando o paciente se aproximou delas e tentou subtrair a ofendida R.C.L.S., sendo que neste momento o outro ofendido, E.V.S., entrou em luta corporal com o impetrante e impediu a subtração.

Posteriormente, acionou-se a Polícia Militar que prendeu o paciente em flagrante delito.

O modus operandi do crime praticado revela a potencialidade do delito e a periculosidade do agente, o que basta para autorizar a prisão preventiva com base na ordem pública.

Como se vê, os fundamentos apresentados pelo Tribunal de origem não se mostram, em princípio, desarrazoados, mormente quando ressaltam a gravidade concreta do crime, haja vista o *modus operandi* do delito. Tais circunstâncias, ao menos por ora, demonstram a real necessidade da segregação cautelar, como forma de resguardar a ordem pública.

No mais, a existência de condições pessoais favoráveis – tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa – não tem o condão de, por si só, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema, como ocorre, em primeira análise, na hipótese em tela. Sobre a questão: RHC 94.056/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 26/03/2018 e HC 454.865/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 14/08/2018.

Por fim, convém registrar que, nessa fase processual, não há como prever a quantidade de pena que eventualmente poderá ser imposta, caso o Paciente seja condenado, menos ainda se iniciará o cumprimento da reprimenda em regime diverso do fechado, de modo que não se torna possível avaliar a arguida desproporção da prisão cautelar. Nesse sentido: RHC 98.483/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe de 27/06/2018 e RHC 89.660/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe de 16/02/2018.

Conclui-se, assim, que o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se as informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais acerca do alegado na presente insurgência, solicitando, ainda, chave de acesso às informações processuais.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora